



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – “OSMAR DE AQUINO”
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROJETO POLITICO
PEDAGOGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIA JOSÉ DE ANDRADE

GUARABIRA - PB

Novembro, 2017

MARIA JOSÉ DE ANDRADE

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROJETO POLITICO PEDAGOGICO DO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia.

OLIVEIRA **ORIENTADOR: Prof. Dr. VITAL ARAÚJO BARBOSA DE**

**GUARABIRA - PB
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

A553e Andrade, Maria José de.

A educação inclusiva e o projeto político pedagógico do curso de pedagogia [manuscrito] : / Maria Jose de Andrade. - 2017

35 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira, Departamento de Educação - CH."

1. Educação Inclusiva. 2. Projeto Político Pedagógico. 3. Formação de Professores.

21. ed. CDD 371.9

MARIA JOSÉ DE ANDRADE

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROJETO POLITICO PEDAGOGICO DO
CURSO DE PEDAGOGIA

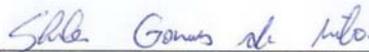
Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em 22/11/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira(Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba



1ª Examinadora Prof.ª Ms. Sheila Gomes de Melo
Universidade Estadual da Paraíba



2ª Examinadora Prof.ª Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba

GUARABIRA - PB
2017

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo enfatizar a necessidade de se pensar a formação de professores e o Projeto Político Pedagógico como verdadeiros revolucionários para que se ocorra uma inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais de qualidade, que não necessite apenas de aceitar o aluno, mas que possa valorizar as diferenças e ao mesmo tempo resgate e respeite todos valores culturais expostos no espaço educacional. Para tanto, foi aplicado um questionário aos concluintes do curso para levantar informações que fundamentou este estudo. Nessa área, contamos com as fundamentações teóricas de Fernandes, Guhur, Leite, Aranha, Mantoan, Nóvoa, Stainback e Veiga todos esses contribuíram para a observação do processo evolutivo, na qual podemos observar as políticas de inclusão a partir das Leis da Constituição Federal de 1988 nas quais que tendem a melhorar dia após dia, a vida desse público. Assim, mostramos que não só a escola tem papel fundamental para que esse processo possa alcançar seus pontos positivos, mas também requer novas práticas de ensino e adaptação no currículo escolar além de recursos didáticos adaptados, que facilitem um verdadeiro processo de inclusão.

Palavras chaves: Educação Inclusiva; Projeto Político Pedagógico e Formação de Professores.

ABSTRACT

This paper aims to emphasize the need to think of teacher training and the Political Pedagogical Project as real revolutionaries so that there is an inclusion of students with special quality educational needs, which need not only accept the student, but can value the differences and at the same time rescue and respect all cultural values exposed in the educational space. For this purpose, a questionnaire was applied to the graduates of the course to gather information that supported this study. In this area, we have the theoretical foundations of Fernandes, Guhur, Leite, Aranha, Mantoan, Nóvoa, Stainback and Veiga all contributed to the observation of the evolutionary process, in which we can observe the inclusion policies from the Laws of the Federal Constitution of 1988 in which they tend to improve day by day the life of this public. Thus, we show that not only does the school have a fundamental role for this process to reach its positive points, but also requires new teaching and adaptation practices in the school curriculum as well as adapted teaching resources that facilitate a true inclusion process.

Key-words: Inclusive education; Political Pedagogical Project and Teacher Training.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE – Atendimento Educacional Especial

CF – Constituição Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

INES – Instituto para Cegos e Surdos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

PNEE – Portador de Necessidades Educacionais Especiais

PPP – Projeto Político Pedagógico

LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 1- Você conhece o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia?.....	20
GRAFICO 2- Ele contempla de maneira satisfatória a Educação Inclusiva?....	21
GRAFICO 3- Quantos componentes curriculares contemplam a Educação Inclusiva?.....	22
GRAFICO 4- No Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia existe flexibilização e adaptação curricular em prol à uma Educação Inclusiva?	23
GRAFICO 5- Você se sente preparado para lecionar na Educação Inclusiva?	24
GRAFICO 6- É trabalhado com vocês métodos de Ensino voltado a Educação Inclusiva?	25
GRAFICO 7- Foi trabalhado com vocês temas, como novas tecnologias da Informação e Comunicação como metodologias de Estudo voltadas para Educação Inclusiva ?.....	26
GRAFICO 8- Vocês aprenderam a adaptar instrumentos de avaliação para Educação Inclusiva?	27
GRAFICO 9- Vocês estão preparados para enfrentar uma sala de aula com diversidades?	28
GRAFICO 10- Que sugestões (disciplinas, conteúdos, estágio supervisionado) você daria para melhoria do curso para melhoria do Curso?.....	29

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	01
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	03
2.1 Breve Histórico Sobre A Educação Inclusiva No Brasil	03
2.1.1 Educação Especial.....	05
2.1. 2 História da Educação Especial desde a Antiguidade aos nossos dias	06
2. 1. 3 A Formação dos Professores na Educação Inclusiva	08
2.1.4 O Projeto Político Pedagógico Como Fundamento para Organização da Escola.....	11
2. 1. 5. O Processo de Construção de uma Escola Inclusiva a partir do Projeto Político-Pedagógico – PPP.....	12
3.0 BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	14
3.1 Bases Legais Constitucionais e Leis Ordinárias para a Educação de Pessoas com Necessidade Educacional Especial no Brasil.....	14
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	18
4.1 Tipo De Pesquisa.....	18
4.2 Universo Da Pesquisa.....	18
4.3 Instrumentos Da Pesquisa.....	19
4.4 Análises Dos Dados.....	19
5.RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
8. APÊNDICES.....	35

1.INTRODUÇÃO

Essa pesquisa deu-se início no ano de 2013, quando tive oportunidade de começar um projeto em Pesquisa I, o mesmo deu-me liberdade para escolher um tema qualquer, a partir daí decidi investigar sobre a educação inclusiva e a formação docente, assim por diante foram surgindo mais dúvidas em relação a essa temática e na intenção de contribuir na área inclusiva decidi buscar fundamentações teóricas que pudessem ajudar na luta por uma educação inclusiva de qualidade.

Sabe-se que essa temática surgiu no Brasil desde a década de 1990, na qual ocorrera mudanças no sistema educacional incluindo debates sobre a educação inclusiva, porém sabemos que até os dias atuais esse tema ainda é um desafio para muitos educadores, pois não se trata apenas de inserir, mas de incluir o portador de necessidades especiais fazendo assim com que ele se sinta igual aos demais colegas.

Tendo em vista determinada situação venho dar continuidade a essa pesquisa de maneira mais clara tomando por base a formação que a Universidade Estadual da Paraíba no Campus III vem oferecendo ao curso de Pedagogia, aqui será investigada questões na qual se fará referência ao PPP (Projeto Político Pedagógico) do curso.

Este trabalho tem por objetivo enfatizar a necessidade de se pensar a formação de professores e o Projeto Político Pedagógico como verdadeiros revolucionários para que se ocorra uma inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais de qualidade., que não necessite apenas de aceitar o aluno, mas que possa valorizar as diferenças e ao mesmo tempo resgate e respeite todos valores culturais expostos no espaço educacional.

Para tanto, é preciso esclarecer dúvidas em relação a formação do professor para uma educação inclusiva de qualidade, como também trará informações capazes de nos fazer entender que é necessário refletir mas sobre a inclusão, na

qual é imprescindível os cuidados na sua magnitude, pelo fato de não queremos apenas inserir, mas termos um sistema educacional que atenda pessoas com ou sem deficiência, na qual um todo consiga conviver com diferenças através de uma prática pedagógica que se faça aliada do espaço, do tempo, dos conteúdos e dos recursos, fazendo-se enxergar a importância do papel do professor para o desenvolvimento positivo desse público.

Dessa forma essas questões foram aplicadas as turmas concluintes do turno da manhã e da noite, para que então houvesse uma análise crítica dos dados coletados, a mesma serviu para que juntos possamos refletir e então buscar soluções no que diz respeito a formação docente e uma educação inclusiva de qualidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Breve Histórico sobre a Educação Inclusiva no Brasil

Houve tempos em que os portadores de necessidades especiais eram tratados de maneira discriminatória, ou seja, os mesmos eram abandonados ou mortos. É no início XIX que o Brasil através de leis, começa a enxergar esses seres e onde eles começam a ganhar importância, porém não conseguem muito êxito, tendo em conhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o aluno com necessidade educativa especial tem os mesmos direitos garantidos a todos os cidadãos, como à liberdade, à educação formal, ao desenvolvimento pessoal e social, e à livre participação na vida das comunidades. Conforme a Lei nº 8.069, no art. 54, do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (ECA) –, “é dever do Estado, assegurar o atendimento educacional especializado ao portador de deficiência, na rede regular de ensino”.

Sendo assim perante um modelo de “educação para todos” faz-se necessário que o professor adote modelos nos quais portador de necessidade especial tenha a uma educação inclusiva, tendo por aprovado esse novo paradigma que visava uma escola capaz de reconhecer as diferenças determinada a oferecer um ensino de qualidades adequado a necessidade de cada indivíduo, no entanto cabe ao sistema de ensino que forma o professor fazer com que o mesmo a pluralidade encontrada no ambiente educacional.

É necessário ressaltar que esse novo modelo educacional não se continha apenas em uma educação para portadores de necessidades especiais, mas em uma educação independentemente de raça, cor, classe social etc., Entretanto o principal objetivo de uma educação inclusiva é fazer com que o processo de aprendizagem de jovens e adultos andem em linhas paralelas independentemente de quaisquer dificuldades que possam apresentar tendo por objetivo um processo de ensino no qual atenda adapte-se a todas diferenças e ao mesmo tempo ofereça um ensino de qualidade.

Ainda aqui encontramos mais avanços em relação a educação especial, sendo expostos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), Lei nº 9.394/96, no artigo 59, esta assegura portador de necessidade especial a ter acesso a matérias, desde o currículo até os recursos específicos para o acompanhamento nas atividades de classe, assegurando-o também a uma aceleração para aqueles diagnosticados superdotados. Outra lei que abriu caminhos para o portador de necessidade especial foi o art. 58 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, “Da Educação Especial”, que diz: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação especial, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”, visando promover o desenvolvimento do educando, o exercício da cidadania, a qualificação para o trabalho e sua inclusão social. Ou melhor era entendido como educação especial todo um modelo educacional capaz de formar o portador de necessidade especial apropriado para assumir vagas de trabalho destinadas aos mesmos fazendo-se então que ele exercesse seu papel de cidadão.

No ano de 1974 o nome designado a escolarização do aluno com necessidade educativa especial, na qual chamava-se “Educação de Excepcional”, passa a chamar-se “Educação Especial”.

Vale ressaltar que além da escolarização mudava-se também a terminologia desse público, ou seja, os antes definidos como pessoas com necessidades educacionais especiais ou até mesmos “excepcionais” agora passam a ser tratados como Pessoas Portadoras de Deficiência, logo mais essa forma de tratar essas pessoas fora muito criticada então surge o “Pessoa com Necessidade Especial” ou até mesmo “Pessoa com Necessidade Educacional Especial”, mais ainda houve reclamações em relação a nomenclatura desses indivíduos. Pois segundo Salvador, Marchesi e Palácios (2004, p.24), esse termo levava a seguinte compreensão: “o aluno que apresenta algum problema de aprendizagem no seu tempo de escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais necessários para os colegas de sua idade”, sendo assim, não haveria apenas um modelo educacional.

Dessa maneira em 1986 o MEC (Ministério da Educação) adotará um novo nome no qual consistia em PNEE (Portadores de Necessidades Educacionais Especiais) porém o mesmo só foi adotado a partir da Declaração de Salamanca. Sendo assim essa nomenclatura passou a ser conhecida por todos, tanto nomeio acadêmico como também em discursos oficiais, tudo em prol do combate à discriminação desse povo.

2.1.1 Educação Especial

O modelo da sociedade nos séculos anteriores ao século XX nos mostra o quão era exagerado o tratamento discriminatório para com os julgados diferentes dos demais, tanto em relação a etnia, raça, cor etc., nota-se ainda o uso da barbárie para com os seres humanos que nascesse com alguma deficiência física ou psicológica, estes mesmo eram por muitas isolados, por serem considerados um risco a sociedade, onde geravam muitas consequências negativas na vida desses seres.

De acordo com GUHUR (2003,P.46) Foi no período colonial por volta de 1600 que criou-se uma instituição partícula na qual tinha por objetivo atender deficientes físicos, esta chamada de a Santa Casa da Misericórdia de São Paulo, nesse período surge também Institutos para cegos (hoje o Instituto Benjamim Constant) e surdos (hoje o INES) estes permitidos por D. Pedro II, por meio do Decreto Imperial nº1428, de 1854 e da Lei nº839, de 1857. Entretanto até os anos de 1800 as crianças com algum tipo de deficiência não podiam ter acesso a uma educação formal (STAINMBACK E STAINBACK, 1999). Ainda aqui é importante lembrar de os primeiros programas destinados a educação especial dentre eles: o Asilo Norte-Americano para a Educação e Instrução de Surdos e Mudos em 1817, o Asilo para a Educação dos Cegos em 1829 e a Escola Experimental para o Ensino e Treinamento de Crianças Idiotas, em 1846. Estes aqui citados trouxeram mudanças significativas na vida dessas pessoas isto por serem a primeiras escolas acolhedoras desses, considerados como um público miserável. Aos poucos as mesmas foram aumentando, mas na medida em que cresciam as

mesmas carregavam consigo algum tipo de isolamento que ficava cada dia mais longe de ser considerado um ensino regular tanto em termos de elaborações curriculares quanto em formação de cidadãos. Para CHAVES (apud STAINBACK,1999,p.38) as classes especiais "não surgiram por razões humanitárias, mas porque essas crianças eram indesejadas na sala de aula da escola pública regular".

Levou quase cem anos para que fossem criados institutos especializados em deficiência mental, como a Sociedade Pestalozzi (1932) e as Apaes (1954). Findando o século XIX dando-se início a século XX surge o movimento de Eugênio na qual fortalecia a ideia que os deficientes mentais não passavam de uma ameaça a sociedade, fazendo-se assim a necessidade de criações de salas especiais separadas destinadas a esse público inferiorizando-os cada vez mais. Logo mais surge a ideia de inseri-los na sociedade, contudo era necessário a participação dos pais e dos demais que tinham algum tipo de vínculo com os mesmos.

Mas tarde entre 1950 e 1970 com o aumento dos deficientes na sociedade surgem mudanças (STAINBACK E STAINBACK,1999), devido a dispersão do início de uma normalização, onde pessoas com necessidade especiais seriam autorizadas a conviver com a normais, fazendo-se respeitável sua presença dentre eles nos demais espaços sociais.

2.1.2 História da Educação Especial desde a Antiguidade aos nossos dias

Aqui será levado em consideração o percurso histórico da educação especial da antiguidade até os dias de hoje, podemos dizer que o mesmo foi aos poucos evoluindo "conforme as crenças, valores culturais concepção de homem e transformações sociais que nos ocorreram em diferentes momentos históricos" (BRASIL, 2001, p.25).

Sabe-se que esse povo travou várias lutas, dentre elas a exclusão, segregação institucional, integração e a mais recente que é a inclusão. Pode-se

perceber o pensamento que a sociedade tinha para com esse povo na antiguidade quando os mesmos não faziam mais do que os excluís, quando era positivado quaisquer deficiências ele rejeitado pelos demais por não possuírem nenhum tipo de contribuição social. Podendo-se dizer que alguns deficientes físicos serviam de atrações para sociedade recebiam na maioria das vezes nome de “bobo da corte”.

[...] na Antiga Grécia, na cidade-estado de Esparta, as crianças mal-formadas ou com deficiências físicas eram abandonadas ou simplesmente mortas, e deste modo a sociedade não admitia a sua existência, por razões de natureza pragmática e religiosa (FERNANDES, 2002, p.15).

Dessa forma fica esclarecido que pessoas portadoras de algum tipo de deficiência eram avaliadas como um retrocesso para os demais, sendo assim cada vez mais excluídos.

Já na Idade Média, onde houvera a segregação institucional, tinha a igreja como um aliado onde a mesma possuía um discurso de igualdades, pois a mesma afirmava todos serem filhos de Deus. Nessa percepção Mantoan (1997, p. 215) menciona que: O Cristianismo modificou a postura diante da deficiência incluindo seu portador entre as ‘criaturas de Deus’, assim ele não poderia ser abandonado, já que possui alma. Sob a influência do Cristianismo os portadores de deficiência passam a ser assistidos em suas necessidades básicas de alimentação e abrigo, mas não havia a preocupação com seu desenvolvimento e educação.

Com o Renascimento surgem novos modelos ideológicos ideias gerando avanços científicos que refletiram novos conceitos de deficiência, novas visões para com esse tipo de pessoa. Nessa acepção, Jimenèz (1994) informa que é o período onde surgem os primeiros interessados com as deficiências como: Bauer, Padre Pedro de León, Valentin Haüy, Joubert, entre outros. Ainda aqui podemos ver artistas deficientes como: Galileu Galilei, Johannes Kepleer, Beethoven.

Nessa conjunção ainda se discuti a seguinte questão das pessoas imperfeitas, em uma sociedade na qual necessita de um conjunto de trabalho e produção, onde enxerga o ser humano como uma máquina capaz de produzir muito

Nos dias atuais ainda é mais intenso, quando se fala em industrialização, pois a necessidade de mercadorias precisa de um sujeito capaz de produzir em série e em equipe, na qual quem não conseguir êxito, fica fora desse medo trabalhista, sendo considerado um ser não produtivo. Contudo, sujeitos com necessidades especiais continuava fora do mercado de trabalho por não serem capazes de produzir sendo considerado um fardo para a maioria das famílias.

Dessa forma podemos enxergar o problema que a sociedade tinha em aceitar as diferenças, o desconforto que a mesma tinha em conviver com esses tipos de pessoas, levando a uma certa rejeição por nos acharmos melhores que eles.

2. 1. 3 A Formação dos Professores na Educação Inclusiva

Como já podemos perceber o papel do professor é fundamental para uma educação inclusiva, tanto no planejar quanto na execução deste dentro da sala de aula. É isso que se faz perceptível a visão de mundo do mesmo em relação a sociedade mostrando assim o tipo cidadão que o mesmo se define, mostrando também o compromisso que ele tem com seus alunos e suas relações para com eles.

Entretanto é necessário entender que isso não se constrói rapidamente e que essa postura é construída de acordo com os conhecimentos tanto pessoais quanto profissionais estes obtidos no seu dia a dia.

Mas como um professor pode fazer uso de uma metodologia inclusiva se o mesmo não tem posturas inclusivas ou não acredita na inclusão? Este modelo de educação é um desafio para o professor, é nele que o mesmo tem em vista uma melhor qualidade de vida é nela que ele necessita tomar novas atitudes, para então executar de maneira satisfatória seu papel de modificar a educação.

Educar significa instituir a integração dos educandos como agentes em seu lugar designado num conjunto social, do qual nem eles, nem seus educadores, têm o controle. Significa assegurar ao mesmo tempo a promoção desses mesmos

educandos e, portanto, de seus educadores, em atores de sua própria história individual e da história coletiva em curso (NÓVOA, 1997, p.109).

É necessário entender que não só a escola tem um papel importante no ato de incluir, mais a família também é primordial nesse cenário e dependentemente do comportamento do docente, o mesmo pode promover a inclusão como também pode excluir o diferente fazendo-se se sentir inferior e incapaz em relação aos demais colegas. Quando falamos em diferenças, falamos em geral, sendo assim faz-se necessário entender que temos que viver de maneira harmoniosa e respeitosa com os demais em sala de aula apesar de suas diferenças, e que se levarmos em considerações estas mesmas teremos que dia após dia encontrarmos métodos diferenciados para atender todos sem que os mesmos se sintam marginalizados. Sendo observado como um direito de todos não ser discriminado.

Dessa maneira é importante levar em consideração quanto a questão da formação do professor e seu trabalho com a diversidade, entre inúmeras questões em relação as políticas de inclusão ao acesso e a permanência dos alunos na sala de aula do ensino regular. Falar em educação inclusiva é falar de um ensino que capacite o professor, um ensino no qual ele possa lidar com as diferenças em um mesmo ambiente educacional sem que venha a tê-las como um pretexto para não efetuar um processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, pode-se dizer que a formação dos professores é o alicerce para uma educação inclusiva de qualidade. Nesse sentido não há necessidade de o professor preocupar-se com rotulagens, mas, procurar maneiras que ajudem os alunos a compreenderem que um bom trabalho é realizado em grupo, é de extrema importância também que o docente faça uso de metodologias de avaliações flexíveis na qual permita o acesso a uma educação inclusiva aprimorando a imagem da escola em relação a esse tipo de ensino, sendo que é primordial que haja uma política de igualdade de direitos na mesma que pense a educação especial como uma união de serviços e recursos de apoio, direcionados a educação regular que possam beneficiar todos que se encontram em um processo de aprendizagem.

Vale ressaltar também que esse tipo de ensino exige do professor a consciência de que isso são desafios que o mesmo tem que enfrentar para que possa se tornar um professor da educação especial, porém é primordial que ele esteja em constante aprendizagem, buscando se atualizar em questão dos métodos utilizados para as necessidades de cada um para então planejar suas aulas e fazer usos de práticas inclusivas que seja capaz de atender um todo fazendo-se assim refletir todo seu trabalho como um tipo de recurso, mas para isso é preciso que temas como esses sejam refletidos tanto pelo professor, como por secretárias de educação, também em reuniões de planejamento, em universidades e acima de tudo com toda a comunidade escolar em especial com os pais de alunos, pois sucesso de uma escola inclusiva está na contribuição de cada um destes.

Leite e Aranha (2005), afirmam que pensando em uma proposta de atuação a todos os alunos com qualidade, ou seja, num ensino pautado no atendimento à diversidade, a formação continuada pode constituir uma opção para que as mudanças qualitativas agregadas ao saber docente sejam refletidas no conhecimento dos alunos.

Enfim é necessário que o professor tenha oportunidades em sua capacitação para que eles possam atuar como bons professores sem que se julguem incapazes por medo, sendo de extrema importância buscar maneiras que não faça da educação inclusiva uma “moda” que logo sairá de uso, pois mesmo que esse processo seja lento ele é muito importante para uma sociedade igualitarista em seus exercícios de cidadania.

2.1.4 O Projeto Político Pedagógico como Fundamento para Organização da Escola

O PPP (Projeto Político Pedagógico) é uma ferramenta que orientadora, ou seja, ela diz as relações da escola com a comunidade está fixada e vai atender. É através do PPP que a escola sabe o que se deve ser feito, o porque tem que ser feito, para que vai ser feito, para quem vai ser feito e como vai ser realizado todo esse processo.

O Projeto Político Pedagógico é mais do que meros planos e projetos elaborados sem a presença da comunidade escolar. De acordo com VEIGA (1995 p. 13), “o projeto busca um rumo, uma direção e (...) é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.” Desse modo, o Projeto Político Pedagógico é um procedimento na qual refleti, analisa e avalia todo um trabalho dos envolvidos na escola para com a formação dos seus educandos.

Para que possa desenvolvê-lo é preciso refleti-lo, organizar a participação de cada um - docente, servidores, pais e discentes, numa técnica coletiva de construção.

Vale ressaltar que o PPP não se trata de um projeto pronto, pelo contrário o mesmo necessita de alterações pelo fato de a escola passar por transformações, ou seja, a elaboração deste nunca é decisiva, nenhuma escola consegue realizar todos objetivos, se não houver um norteamento ou/e uma base para ação de cada um de seus atuantes.

Assim, a reflexão sobre a escola, do alunado e suas necessidades que surgem a objetivos a serem alcançados por meio da ação de cada participante e então que a escola passa a ser vista como ela é na realidade: para todos e de todos.

E então possamos entender o que fazer, porque fazer, para que, para quem fazer e como fazer, é por isso que se faz necessário mudar o PPP. Segundo Veiga

(1995) o PPP, é ajustado em igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério.

No ponto de vista da Educação Inclusiva o começo da Gestão Democrática é posto por VEIGA (1995), de formato significativo levando em consideração que, entender a educação inclusiva se institui em uma forma mais aberta, que marca a Gestão Democrática:

(...) exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não-permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligado à educação das classes populares. (VEIGA, 1995 p. 17-18)

Para a autora a ruptura quer dizer que a escola tem seguido caminhos modernos, nos quais o PPP vem adotando práticas inclusivas, gerando muitas mudanças, mudanças estas que dependem de iniciativas de toda comunidade escolar. Desse modo o Projeto Político Pedagógico revela mudanças que advém dos propósitos da inclusão quando garanti um tempo de aprendizagem, reprova repetências, há cooperação, conversas, criatividade, enfim faz com que o professor melhore dia após dia sua metodologia de ensino em busca de uma educação de qualidade.

2. 1. 5. O Processo de Construção de uma Escola Inclusiva a partir do Projeto Político-Pedagógico – PPP

Quando falamos na nova Política Nacional de Educação Especial na expectativa da Educação Inclusiva, entendemos a educação especial como uma modalidade de ensino. Em relação ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) cabe a educação especial fazer o uso de serviços e recursos para o atendimento e orientação de professores e alunos quanto a utilização desse serviço em sala de aula.

O AEE, se torna um lugar dedicado apenas educação especial na qual a mesma fica totalmente responsável, onde se destaca um caráter integrante e adicional a esse acolhimento.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (...). Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008, p. 16)

Entretanto é importante expor que é obrigação da rede de ensino ofertar o AEE, ao turno oposto no qual o aluno frequenta a classe regular, o mesmo pode acontecer tanto em centros especializados como também na escola em que o mesmo se encontra matriculado.

3.0 BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Neste contexto, iremos relatar de forma sintética sobre a legislação referente a educação Especial no Brasil seus objetivos e desafios que terão que enfrentar para minimizar as lacunas existentes nesta campo educacional.

3.1 Bases Legais Constitucionais e Leis Ordinárias para a educação de pessoas com Necessidade Educacional Especial no Brasil

A Constituição de 1988 colaborou de maneira bastante significativa para com a vida das pessoas com necessidades educacionais especiais, quando previu em seus artigos, defesas de direitos dos mesmos, como por exemplo: “Art. 208, inciso III na qual garante “ O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; ”

Ainda aqui a Constituição Federal de 1988 assegura no:

Art. 205 Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. ”

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - Comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

Enfim, sem exaurir a legislação lecionada à proteção das pessoas com deficiência, ressalva-se a Lei n 9 045/95, na qual "Autoriza o Ministério da Educação e do Desporto e o Ministério da Cultura a disciplinarem a obrigatoriedade de reprodução, pelas editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres braile, e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos."

A Constituição Federal entre outras Leis faz valer em suas atribuições, defesas em relação aos direitos das pessoas com algum tipo de deficiência, dentre essas destacamos:

A Lei^{7º}, XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

Ainda aqui temos o Art. 23, II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24, XIV - motiva todos a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

No art. 37, VII, a Constituição assegura uma reserva percentual de cargos públicos destinados a pessoas portadoras de deficiência.

No art. 203, V, a Constituição da República, institui um salário mínimo aos portadores de deficiência e aos idosos que provem não haver meios manter a si e a sua família.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

O art. 224 impõe que sejam determinados logradouros, edifícios e transportes públicos às condições de utilizações pelos deficientes

Art. 227, § 1º II - II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Tem-se ainda a LEI FEDERAL Nº 7.405/1985 Torna obrigatória a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.

Na Lei n. 53/86 que no uso de suas atribuições declara "Ficam isentos do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM, os veículos automotores nacionais que se destinarem a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns. "

A Lei 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Nota-se também a Lei 8.000/90 em seu Art. 1º São isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI os automóveis de passageiros de até 127 HP de potência bruta - SAE, quando adquiridos para uso na atividade de transporte autônomo de passageiros (táxis) .

Entretanto podemos perceber legislações criadas com o objetivo de defender os direitos dos portadores de necessidades educacionais especiais, mas também toda a comunidade que delas necessitem.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo iremos apresentar o tipo de pesquisa, instrumentos utilizados para coleta de dados, público-alvo e como foram analisadas as informações recolhidas neste trabalho

4.1 Tipo de Pesquisa

Para alcançar nossos objetivos optamos por uma Pesquisa de cunho Qualitativo, na qual a mesma faz com que o pesquisador compreenda todo o fenômeno pesquisado.

Para Bogdan e Biklen (1994), as pesquisas qualitativas possuem cinco atributos: 1) O ambiente natural é fundamental para fonte de dados e o investigador é o principal instrumento; 2) Elas são descritivas, ou seja, o investigador procura perceber com que frequência determinado fenômeno acontece, buscando não interferir; 3) Os investigadores preocupam-se mais com o processo do que os resultados; 4) Os investigadores procuram analisar os dados de forma indutiva; 5) O significado é essencial na abordagem qualitativa. Por fim a pesquisa qualitativa tem o pesquisador como objeto principal para sua concretização, onde o mesmo não pode jamais deixar-se conduzir por algum tipo de "achismo", seja por aparência ou preconceito, mas procurar compreender todo um fenômeno. (BOGDAN E BIKLEN, 1994, p.17)

4.2 Universo da Pesquisa e Sujeitos

Este estudo, foi realizado com os concluintes 2017.1 do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Campus III, localizado no Bairro de Areia Branca, na cidade de Guarabira -PB. A turma corresponde da manhã e da noite tem um *quantum* de 36 (trinta e seis) concluintes a pesquisa foi aplicada a 24 (vinte e quatro) discentes, por várias tentativas só foram encontrados estes em sala de aula.

4.3 Instrumentos da Pesquisa

Para levantamento de informações deste estudo, foi aplicado um Questionário(Apendice A), contendo 10 (dez) questões fechadas referentes ao PPP do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, e a formação do professor na educação inclusiva.

4.4 Análises dos Dados

Para chegarmos em algumas considerações, foi necessário leitura exaustiva de bibliografia inerente a educação especial, além de uma análise profunda dos resultados encontrados na aplicação do questionário aos concluintes do Curso de Pedagogia.

Além do mais, a aplicação deste questionário e as suas transcrições geraram informações importantes que possibilitaram compreender mais profundamente a importância do Projeto Político Pedagógico e a formação docente no que tange a Educação Inclusiva.

Desta forma, também foi possível observar o que está ocorrendo no cotidiano do curso, bem como os futuros docentes estão sendo preparados para esta modalidade de ensino. Foi perceptível também o interesse que os mesmos não tiveram em saber um pouco mais sobre o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, iremos apresentar os dados coletados da pesquisa de campo, referentes ao questionário aplicado aos discentes concluintes da manhã e da noite do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba.

Para tanto, iremos expor comentários nos quais dizem respeito aos resultados aqui obtidos, ou seja, ideias nas quais farão referências que talvez seja importantes para uma reflexão do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia no que diz respeito a Educação Especial e a formação inicial do futuros docentes.

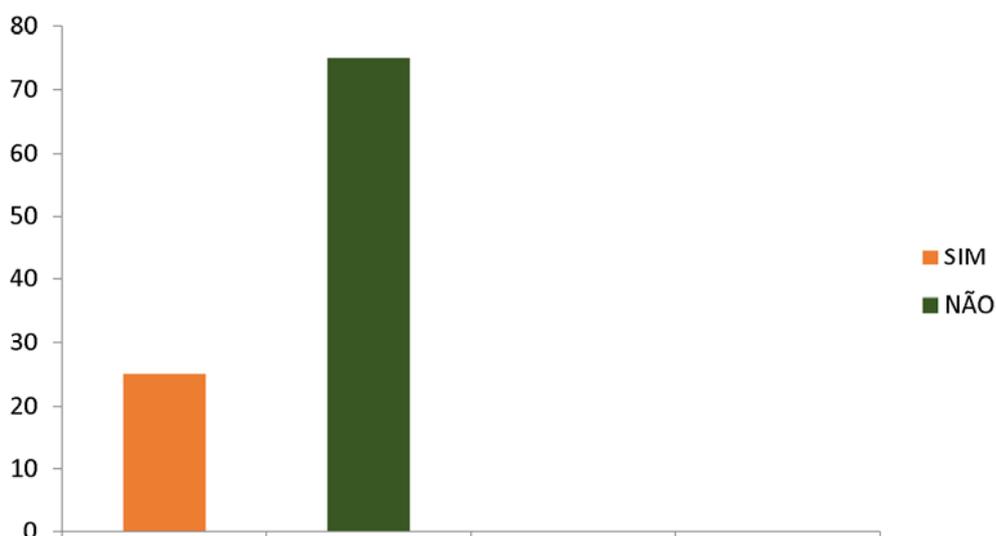


Gráfico 1 – Você conhece o Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia?

Fonte: autora, 2017

Como é visível no Gráfico 1 o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba localizado no Campus III, encontra-se com o total de 36 (trinta e seis) concluintes no período 2017.1, sendo entrevistados 24 (vinte e quatro) discentes. Segundo dados coletados com eles, apenas 06 (seis) alunos em torno de 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos dizem conhecer o

PPP (Projeto Político Pedagógico) do Curso, já os outros 75% negam conhecer o Projeto.

Aqui podemos observar o interesse dos mesmos, acredita-se que se eles tivessem algum tipo de conhecimento poderiam reivindicar o que eles afirmam contribuir para uma formação capaz de formar um professor inclusivo.

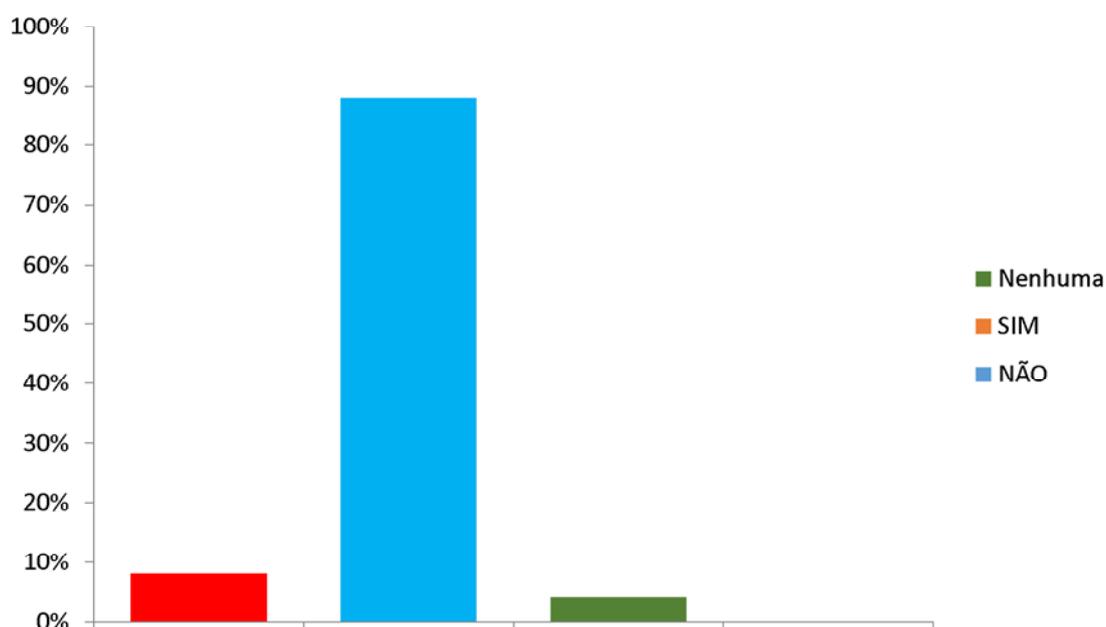


Gráfico 2: O PPP do curso contempla de maneira satisfatória a Educação Inclusiva?

Fonte: autora, 2017

Conforme mostra o Gráfico 2 entre um total de 24 (vinte e quatro) entrevistados, apenas 02 (dois) alunos, cerca de 8% (oito por cento) acreditam que o PPP (Projeto Político Pedagógico) consegue contribuir de maneira satisfatória a Educação Inclusiva, já 21 (vinte e um) correspondente a 88% (oitenta e oito por cento) dos concluintes negam que o mesmo possa contribuir de alguma forma para sua formação, 01 (um) dos entrevistados este, correspondente a 04% (quatro por cento) preferiu não opinar sobre determinada situação.

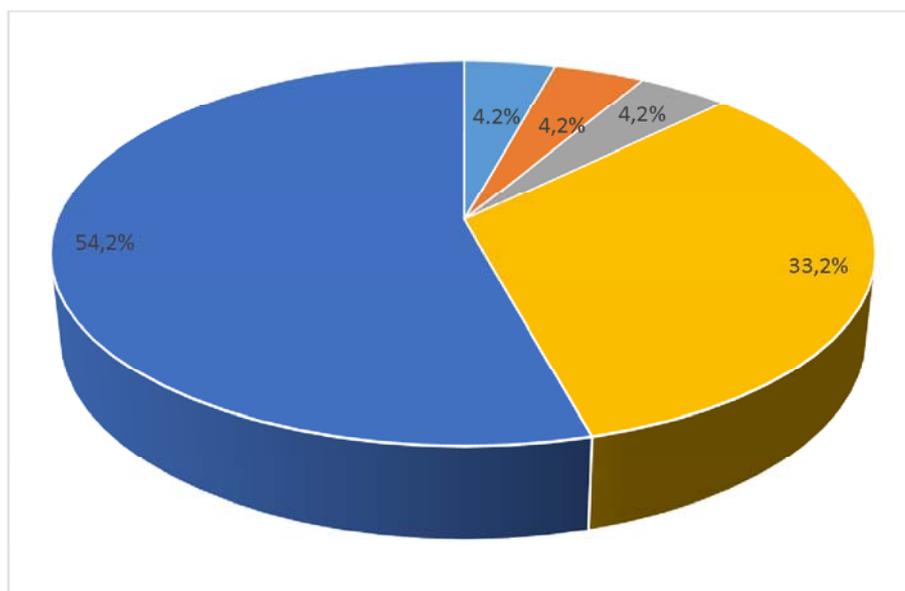


Gráfico 3: Quantos componentes curriculares contemplam a Educação Inclusiva?

Fonte: autora, 2017

O Gráfico 3 demonstra que quantos componentes curriculares da grade curricular do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia contempla a educação inclusiva, dentre um total de 24 (vinte e quatro) concluintes, 08 (oito) deles, em torno de 33,2% (trinta e três virgula dois por cento), afirmam que o curso contribui com apenas 1 (um) componente curricular capaz de fazer com que os alunos possam entender o que é Educação Inclusiva, já 13 (treze) desse total, ou seja, 54,2% (cinquenta e quatro virgula dois por cento) dizem haver 02 (dois) componentes curriculares capazes de contemplar a Educação Inclusiva, já 01 (um) dos alunos concluintes, correspondente a 4,2% (quatro virgula dois por cento), diz que o mesmo oferece 03 (três) componentes curriculares, outro discente 4,2% (quatro virgula dois por cento), também afirma que apenas 05 (cinco) componentes curriculares via de encontro a esta educação, e outro 01 (um) 4,2% (quatro virgula dois por cento), também diz que o curso não oferece componente algum que possa contribuir para que os futuros professores tenham algum suporte voltado a Educação Inclusiva..

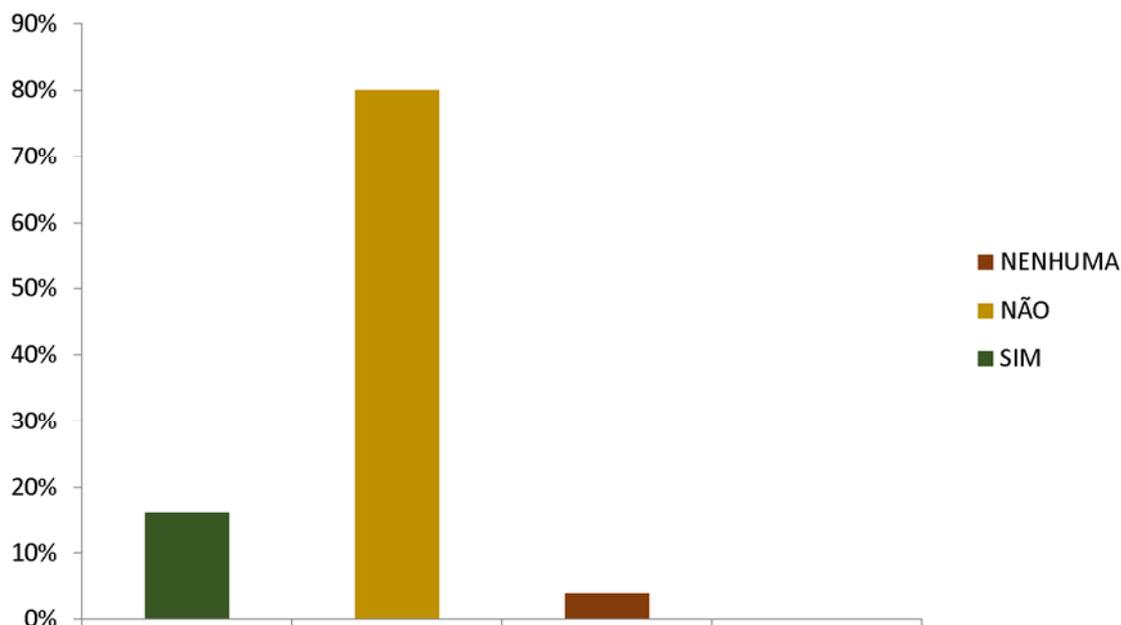


Gráfico 4: No Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia existe flexibilização e adaptação curricular em prol de uma Educação Inclusiva?

Fonte: autora, 2017

De acordo com o Gráfico 4 quanto a flexibilização e a adaptação curricular do curso aos seus clientes em prol de uma Educação Inclusiva apenas 04 (quatro) alunos, cerca de 16% (dezesseis por cento) afirmam que a mesma possa existir, já 19 (dezenove) alunos ou seja 80% (oitenta por cento) deles negam que haja flexibilização ou algum tipo de adaptação dentro do mesmo, já 01 (um) em torno de 4% (quatro por cento), disse não existir essa flexibilização no que se refere a educação inclusiva.

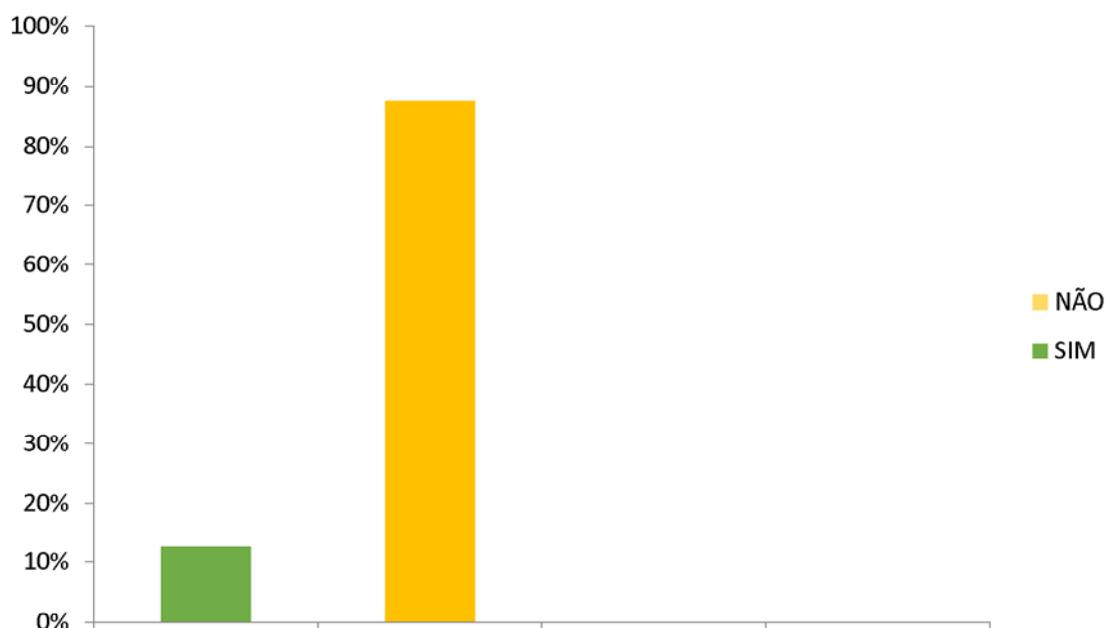


Gráfico 5: Você se sente preparado para ensinar na Educação Inclusiva?

Fonte: autora, 2017

Como mostra o Gráfico 5 infelizmente dentre os 24 (vinte e quatro) alunos do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba 21 (vinte e um) correspondente a aproximadamente 87,5% (oitenta e sete, virgula cinco por cento) não se sentem preparados para lecionar em uma sala de aula que contenha alunos Portadores de Necessidades Eduacionais Especiais. Enquanto a minoria esta composta por 03 (três) discentes, em torno de 12,5% (doze vírgula cinco) acreditam de estarem preparados para essa modalidade de ensino.

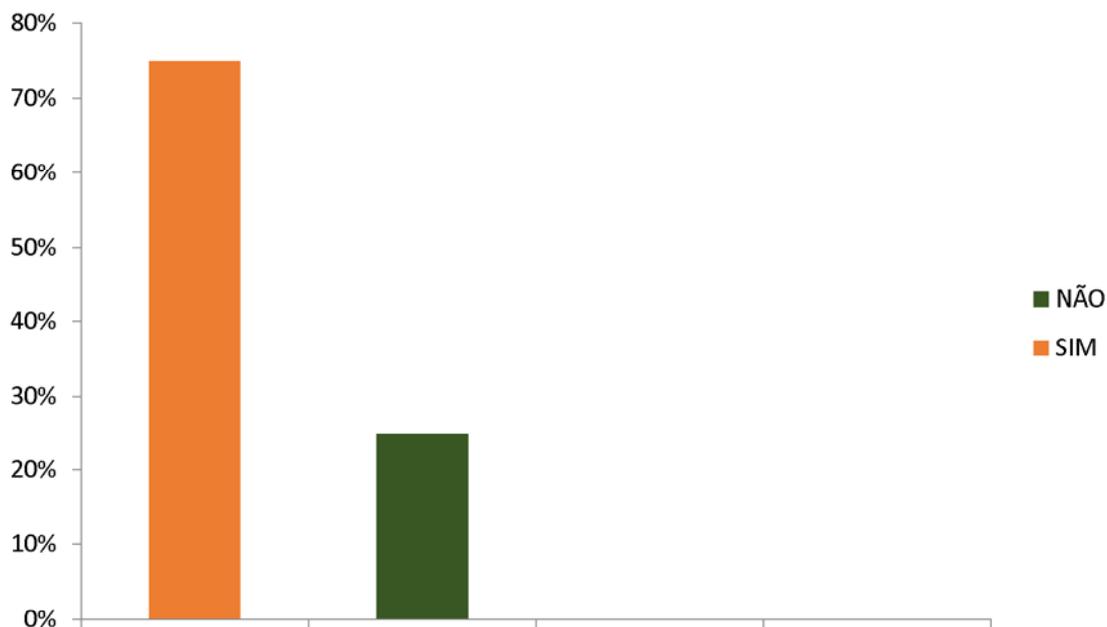


Gráfico 6: É trabalhado com vocês métodos de Ensino voltado a Educação Inclusiva?.

Fonte: autora, 2017

No Gráfico 6 observamos que 18 (dezoito) alunos, estes correspondentes a 75%) do público de pedagogia que estão se formando em 2017.1, dizem receber, sim uma educação com métodos voltados para adaptar-se a uma Educação Inclusiva, já os outros 25% (vinte e cinco por cento) ou melhor os outros 06 (seis) restantes negam receber algum tipo de apoio referente a métodos votados para uma boa Educação Inclusiva.

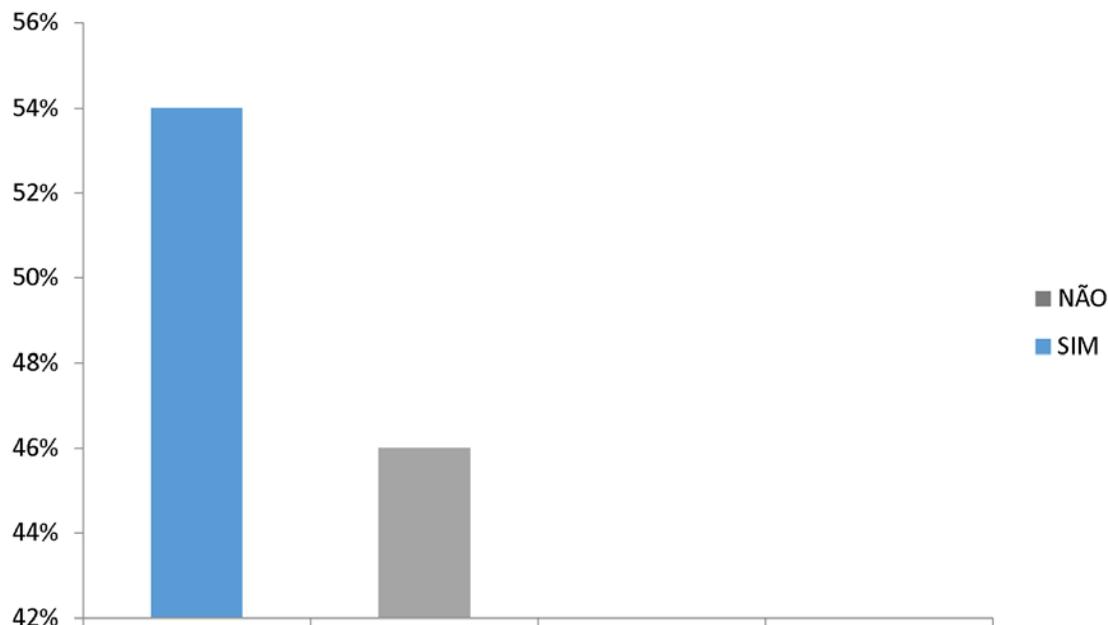


Gráfico 7: Foi trabalhado com vocês temas, como novas tecnologias da Informação e Comunicação como metodologias de Estudo voltadas para Educação Inclusiva?

Fonte: autora, 2017

No Gráfico 7 tratamos o trabalho com temas relacionados a tecnologia e a Educação especial, ou seja, se eram trabalhados com esses alunos métodos de novas tecnologias da informação e comunicação voltados para Educação Inclusiva, 13 (treze) deles, ou 54% (cinquenta e quatro por cento) dizem que sim, que alguns componentes voltados para a educação inclusiva forma ministrados a eles, já os outros 46% (quarenta e seis por cento) ou 11 (onze) alunos dizem não terem sido orientados para trabalhar de maneira tecnológica com esse público.

Acreditasse que talvez os mesmos tiveram professores diferentes,. Por esse motivo uns dizem ter tido apoio para uso de novas tecnologias e outros negam a orientação para esta área.

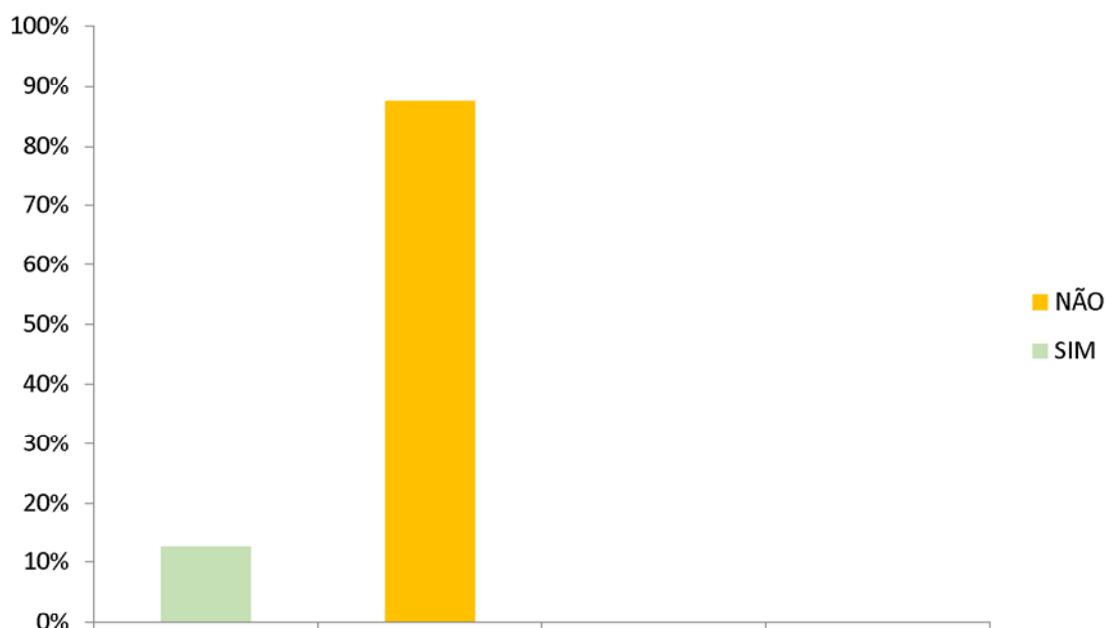


Gráfico 8: Vocês aprenderam a adaptar instrumentos de avaliação para Educação Inclusiva?

Fonte: autora, 2017

O gráfico 8 mostra que o Curso de Pedagogia, precisa melhorar no que se refere a adaptação aos instrumentos de trabalho para uma educação Inclusiva. Podemos observar isso nos números mostrados que são de 21 (vinte e um) discentes, cerca de 88% (oitenta e oito por cento) que disseram não e 03 (três) discentes afirmaram esta preocupação em torno de adequar instrumentos de avaliação eficaz a educação inclusiva que chega a ser aproximadamente 13% (treze por cento).

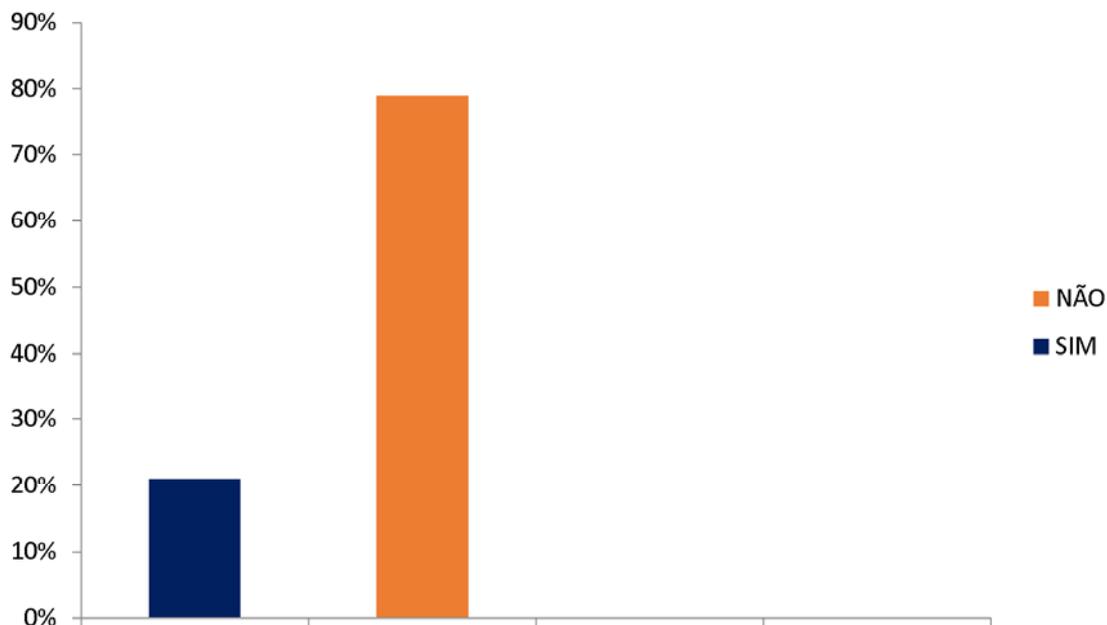


Gráfico 9: Vocês estão preparados para enfrentar uma sala de aula com diversidades?

Fonte: autora, 2017

Conforme mostra o Gráfico 9 a maioria dos concluintes do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba talvez não esteja contemplando de forma significativa para que os futuros docentes estejam preparados no que tange ao ensino voltado para Educação Inclusiva, onde 80% (oitenta por cento) correspondente a 19 (dezenove) discentes dizem não estar preparados para enfrentar uma sala de aula com diversidades, e apenas 20% (vinte por cento) ou 05 (cinco) deles afirmam estarem preparados para esse desafio.

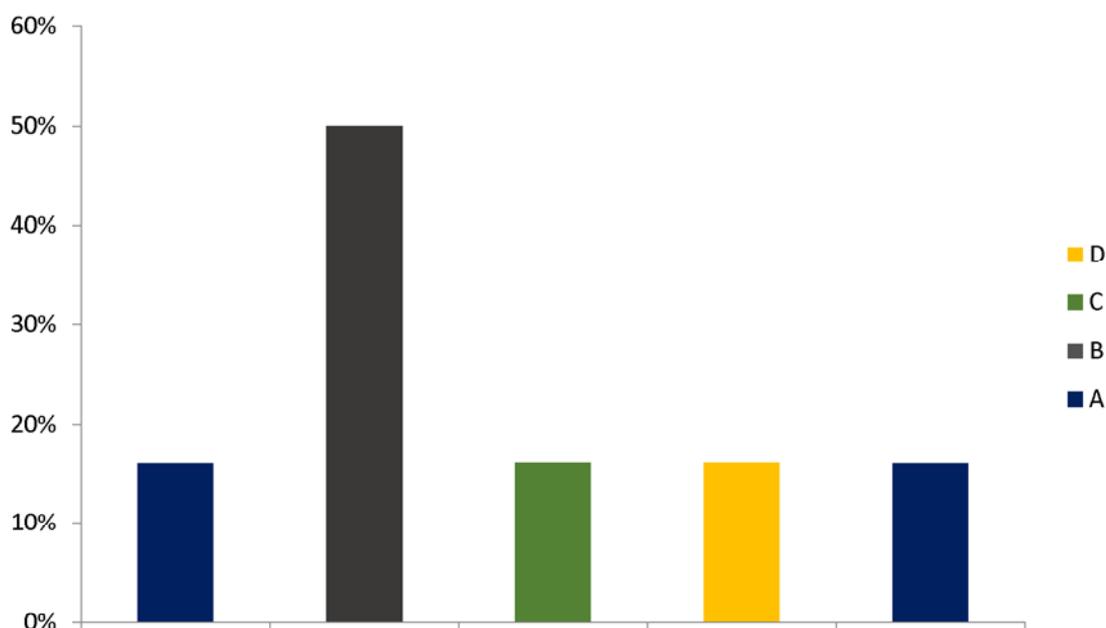


Gráfico 10: Que sugestões (disciplinas, conteúdos, estágio supervisionado) você daria para a melhoria do curso?

- a) adiconamento de disciplinas voltado para Educação Inclusiva;
- b) Contemplar mais conteúdos direcionados para Educação Inclusiva;
- c) aumento de horas do estágio supervisionado voltado para Educação Inclusiva.
- d) Todos os itens acima.

Fonte: autora, 2017

O gráfico 10 demonstra quais sugestões acima os discentes concluintes acreditariam que melhorariam o curso em relação a Educação Inclusiva, dentre as alternativas colocamos “adiconamento de disciplinas voltados para Educação Inclusiva” nesta 04 (quatro) alunos ou 16,6% (dezesesseis virgula seis por cento) do curso disseram ser esse um dos meios capazes de melhorar o ensino para uma Educação Inclusiva de qualidade oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba, um outro ponto foi “contemplação de mais conteúdos direcionados para Educação Inclusiva) aqui 12 (doze) alunos estes correspondentes a cerca de 50% (cinquenta por cento) acreditam que esta poderia ser uma boa ideia para melhorar a oferta de uma Educação Inclusiva de qualidade na Universidade, já 04 (quatro) alunos, ou seja, 16,6% (dezesesseis virgula seis por cento) escolheram o terceiro e

último ponto “aumento de horas no estágio supervisionado voltado para Educação Inclusiva” em relação aos outros 16,6% (dezesesseis virgula seis por cento) restantes acredita que para haver um ensino de qualidade oferecido pelas Universidades para que o professor possa atuar em uma sala de diversidades é necessário acrescentar no PPP (Projeto Político Pedagógico) todos esses pontos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora saibamos a necessidade de incluir, nós professores temos conhecimento de que esta é uma tarefa muito difícil, na qual enfrentamos muitos obstáculos, principalmente quando, não temos alicerces que nos façam capazes de atuar na área de educação especial.

Sabendo-se então que uma Inclusão de qualidade é dada através da base que o futuro professor adquire em seu processo formativo, ao analisar a relação PPP e discente do Campus III da Universidade Estadual da Paraíba percebemos que grande parte dos concluintes saíram da Instituição sem estarem preparados para atuar numa sala de aula de Educação Inclusiva, digo, pois, segundo a pesquisa realizada cerca de 75% negam conhecer o Projeto Político Pedagógico do Curso mesmo sabendo que o mesmo trata os objetivos educacionais da instituição, sendo mais abatedor saber que mesmo saindo com uma bagagem rica em conhecimentos, 87,5% deles deixam a Universidade sem saber atuar em uma sala de aula de Educação Especial, por não se sentirem preparados

Os resultados em sua maioria afirmam que neste Curso, são oferecidas apenas uma ou duas matérias capazes de dar algum tipo de suporte a uma educação inclusiva de qualidade, ou seja, 54,2% (cinquenta e quatro virgula dois por cento) dizem haver 02 (dois) componentes curriculares capazes de contemplar a Educação Inclusiva, já em relação aos métodos voltados para uma educação inclusiva um correspondente a 75%(setenta e cinco por cento) afirmam serem trabalhados com eles métodos de ensino voltados para esta modalidade de ensino, em questão de termos de tecnologias de informação voltadas para esse público 54% (cinquenta e quatro por cento) afirmam serem trabalhados métodos tecnológicos voltados para estes, porém quando falamos em adaptações de instrumentos de avaliativos, era de 88 (oitenta e oito por cento) alegam também não serem trabalhados com eles instrumentos de avaliação para o PNEE. Diante a tais situações baseando-se nas proposições obtidas nos questionários, há uma grande necessidade de implementações de disciplinas, aumento de carga horário

correspondente aos estágios ou até mesmo o acréscimo de disciplina que tratem educação inclusiva,

Finalmente, acreditamos para que aconteça uma educação Inclusiva de qualidade, é necessário a participação de todos e não apenas do professor, pois sem a falta de políticas públicas verdadeiras voltadas para esta modalidade educacional, além da participação efetiva da família e da comunidade, talvez não conseguimos atingir tais objetivos, pois a responsabilidade é de todos para que possamos preencher lacunas que interferem numa educação especial de excelência.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988 Art. 23, inciso II, Art. 24, inciso XIV, Art. 37, inciso VIII, Art. 203, Art. 205, Art. 206. inciso I, Art. 208, inciso III e inciso IV, Art. 213. inciso I, Art. 208, inciso III, Art. 224, Art. 227, § 1, inciso II da disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10649909/inciso-iii-do-artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988#> Acesso em 26/10/2017.

LEI 7º, XXXI, da Constituição Federal de 1988 disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Art.+7%2C+inc.+XXXI+da+Constitui%C3%A7%C3%A3o+Federal+de+88> Acesso em 26/10/2017

Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985 disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7405-12-novembro-1985-367964-norma-pl.html> Acesso em 26/10/2017

Lei Complementar nº 53, de 19 de dezembro de 1986 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp53.htm Acesso em 26/10/2017

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 da Lei dos Portadores de Deficiência disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7853-24-outubro-1989-365493-norma-pl.html> Acesso em 26/10/2017

Lei nº 8.000 de 13 de Março de 1990 disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11648161/artigo-1-da-lei-n-8000-de-13-de-marco-de-1990> Acesso em 26/10/2017

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social. Lex – Coletânea de Legislação e Jurisprudência, São Paulo, v.53, p. 760, out/dez. 198

República Federativa do, **Constituição Federal. Artigo 205**, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC, 2008

FERNANDES, H. S. (2002). **Educação especial – Integração das Crianças e Adaptação das Estruturas de Educação.** Braga: APPACDM

GUHUR, Maria de Lourdes Periotto. Dialética inclusão-exclusão. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.** Universidade Estadual Paulista. Marília: ABPEE/FFC- Unesp Publicações, 2003, v.9, n.1, p.39-55.

LEITE, L.P. ; ARANHA, M.S.F. **Intervenção reflexiva: instrumento de formação continuada do educador especial. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília , v.21, p.207 - 215, 2005.**

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **A Integração de Pessoas com Deficiência.** São Paulo: Memnon, 1997

NÓVOA, A. (coord). **Os professores e sua formação. Lisboa-Portugal: Dom Quixote, 1997.**

STAINBACK, Susan., STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.**trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. p.21-66.

STAINBACK, S. ; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político Pedagógico: Uma Construção Possível-Campinas, SP: Papyrus, 1995.**

APÊNDICE



APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CONCLUINTES DO CURSO DE PEDAGOGIA 2017.1

Universidade Estadual da Paraíba
Campus III/ Centro de Humanidades
Licenciatura Plena em Pedagogia
Trabalho de Conclusão de Curso

Orientanda: Maria José de Andrade

Orientador: Prof. Dr. Vital Oliveira

Tema A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROJETO POLITICO PEDAGOGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

QUESTIONÁRIO

01- Você conhece o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia?

SIM

NÃO

02- Ele contempla de maneira satisfatória a Educação Inclusiva?

SIM

NÃO

03- Quantos componentes curriculares contemplam a Educação Inclusiva?

1

2

3

4

5

04- No Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia existe flexibilização e adaptação curricular em prol à uma Educação Inclusiva?

SIM

NÃO

05- Você se sente preparado para lecionar na Educação Inclusiva?

SIM

NÃO

06- É trabalhado com vocês métodos de Ensino voltado a Educação Inclusiva?

SIM

NÃO

07- Foi trabalhado com vocês temas, como novas tecnologias da Informação e Comunicação como metodologias de Estudo voltadas para Educação Inclusiva?

SIM

NÃO

08- Vocês aprenderam a adaptar instrumentos de avaliação para Educação Inclusiva?

SIM

NÃO

09- Vocês estão preparados para enfrentar uma sala de aula com diversidades?

SIM

NÃO

10- Que sugestões (disciplinas, conteúdos, estágio supervisionado) você daria para melhoria do curso?

A) adcionamento de disciplinas voltado para Educação Inclusiva;

B) Contemplar mais conteúdos direcionados para Educação Inclusiva;

C) aumento de horas do estágio supervisionado voltado para Educação Inclusiva.